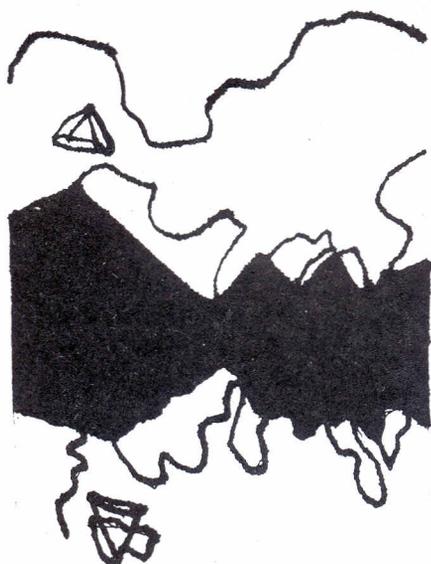


A ética na profissão como estética da existência

*Maria Glauciria Mota Brasil**

*Existem momentos na vida em que a questão de saber
se se pode pensar diferente do que se pensa, e
perceber diferente do que se ver, é indispensável
para continuar a olhar ou a refletir.*

Michel Foucault



Este exercício do pensar é uma reflexão provisória, provocado pela inquietação do profissional ante a problemática da ética no *pensar* e no *fazer* do assistente social. É, ainda, uma preocupação fomentada pelas nossas leituras foucaultianas, o que nos leva a pensar a ética fora das concepções mais gerais que sempre a têm colocado como *filosofia dos valores*, *teoria da moral* e como *reflexão sobre pressupostos normativos* (Schmid, 1996). Ao pensar a ética, o fazemos a partir de uma hermenêutica do sujeito, no qual está presente *o cuidado de si com a política, com a pedagogia e com o conhecimento de si* (Foucault,

* Professora do Curso de Serviço Social da UECE; doutoranda de Serviço Social da PUC/SP — CNPq.

1985). O ponto de partida do estudo foucaultiano é *Alcebiades* (de Platão), ou melhor, a percepção de *Alcebiades* ao dizer que "... devia cuidar de si na medida em que queria depois de se ocupar dos outros" (Foucault, *apud* Eribon, 1990: 298).

Ao colocarmos à ética o problema *le gouvernement de soi et des autres*, nossa pretensão é compreendê-la na organização da vida em sociedade, nas relações dos indivíduos consigo mesmos e nas suas relações entre si, situando a problemática nas relações de poder. Por isso, ao falar de ética, estamos falando, também, de poder (Schmid, 1996), dizemos mais, que estamos falando de relações de poder-saber, uma vez que o saber mantém com o poder uma relação de imanência. São relações que se metamorfoseiam e se transformam ao sabor das práticas e éticas humanas. "Não é possível que o poder se exerça sem saber, não é possível que o saber não engendre o poder" (Foucault, 1986: 142). Faz-se necessário dizer que em Foucault o poder não é uma entidade, uma *coisa*, um *objeto natural*, ele é *prática social*, e *estratégia e movimento tático*, não há uma *teoria geral do poder*. Em Foucault, o poder é *nominalista*, não existe, o que existe são práticas e relações de poder, razão por que não há de um lado aqueles que detêm o poder e de outro os que não o possuem (Machado, 1981).

Que relações essas reflexões preliminares guardam com o exercício profissional do assistente social? Coloquialmente, podemos dizer que a vinculação é estreitíssima. O assistente social está diante de políticas públicas, programas institucionais, benefícios sociais e, portanto, realizando atividades que vão do planejamento (macropolítica) ao atendimento individualizado (micropolítica). Essa localização espacial e temporal do assistente social coloca-o nas relações de poder-saber. Significa dizer que o assistente social, como sujeito, está em *jogo de poder-saber* e se põe não só como sujeito *da comunicação*, mas como aquele que *dirige e influencia reciprocamente*. Nesse jogo estratégico, o assistente social, além de dispor de um saber (conhecimento específico) materializado em técnicas, instrumentais que orientam metodologias de ação etc., é portador de uma ética que orienta, inegavelmente, sua intervenção profissional. Uma estratégia possível apenas quando se operam *as relações de poder* o que não acontece *nos estados de dominação*. Para Foucault, há distinção entre *relações de poder* e *estados de dominação*. Se aquelas são caracterizadas pela possibilidade de reversibilidade, estas, em virtude da unilateralidade, estão marcadas pelo congelamento das relações de poder (Schmid, 1996).

Essa diferenciação vem nos mostrar o espaço concreto de uma ética do governo de si e dos outros, de uma ética centrada no sujeito, ou seja, como operar

nas relações de poder, uma inversão contra possíveis *estados de dominação*, impedindo, dessa maneira, o congelamento das *relações de poder-saber*. De acordo com Schmid, “a multiplicidade das relações de poder serve para tornar impossíveis as relações unilaterais de dominação” (1996: 150). Isso significa, também, que o conceito de ética em Foucault está colocado às análises do poder como fenômeno social. É a ética um procedimento do sujeito indivíduo-social. A ética operada como conduta própria do sujeito tem a função de impedir o congelamento das relações de poder e, portanto, de impossibilitar que tais relações, *nascidas do acaso*, se petrifiquem em estruturas eternas (Schmid, 1996).

Não é demais dizer que só a democratização dessas condutas éticas, originárias do sujeito, poderá garantir a reversão das relações de poder. Uma vez que em *jogo de poder* as relações se transformam, se (re)elaboram e se (re)inventam na dinâmica do cotidiano social e institucional, o que supera a manutenção dos mesmos nos confrontos político-sociais e impede o congelamento das relações de poder. É uma luta contra as desigualdades sociais, as degradações das condições de vida, as diversas e múltiplas faces da violência em nossa sociedade. É, ainda, lutar contra a negação da dimensão do indivíduo como sujeito não idêntico, com direito à liberdade, que deve ter respeitado seu direito humano, sua cidadania, seu direito à equidade e à justiça social. É, fundamentalmente, lutar contra o que está a manietar o espaço democrático e faz de seus princípios meros pressupostos formais e jurídicos, determinados pelos limites da ordem social vigente, guiada pela lógica e racionalidade do mercado, senhor de uma *pseudo-ética*.

Só em *jogo de poder*, o assistente social poderá assumir uma atitude crítica nas relações de poder-saber e, portanto, uma atitude ético-política ante os problemas do governo, contrapondo-se à sujeição e à subordinação. E, se o fizer, como sujeito portador de uma ética do governo de si e dos outros, assume uma postura interventiva que se caracteriza pela luta contra o *estado de dominação* e a domesticação do homem, que negam sua condição de sujeito criador e inventor de si. É o que Foucault chama de uma produção *estética da existência*.

A *estética da existência* é a ética que questiona a própria existência, uma dimensão racional referida à capacidade que o sujeito tem de *julgar e fazer escolhas*, e, dessa maneira, não se submeter passivamente às normas e às convenções que nos governam. Diríamos que é uma ética do desafio: *tentem nos colonizar*. É o que definimos como trabalho estético do sujeito consigo mesmo e com os outros, fato que nos leva a falar de uma política da arte de viver que supera o mero individualismo para se centrar nos corolários éticos de uma política de organização da sociedade (Schmid, 1996). É tão importante trabalhar

na organização das condições materiais da existência humana quanto na criação de si mesmo.

Por outro lado, não podemos nos esquecer de que numa *estética da existência* a constituição do sujeito (do si) não é plena de autonomia, uma vez que os dados que vão nos possibilitar ou não nos preocupar com nossa existência são estruturais (Schmid, 1996). A dialética do indivíduo e a da sociedade são realidades constitutivas dessa existência.

A pergunta que está sendo feita não é “Quem sou?” (Descartes) nem “O que somos?” (Kant), mas “Quem somos?” (Foucault) e essa não se dirige ao sujeito real sujeitado ou transcendental (Possetti, 1996), mas ao criador e inventor de si que se pergunta: “O que podemos fazer de nós mesmos?” (Schmid, 1996). É o sujeito que se pergunta se é possível se governar ou governar os outros de maneira diferente. Isso revela o desejo constitutivo de uma nova relação entre governantes e governados e a possibilidade de (re)descobrir a política como técnica e ética do governo de si e dos outros (Schiling, 1998).

O que está em jogo neste final de milênio é *le gouvernement de soi et des autres*, isto é, o modo como os indivíduos governam a si e aos outros. É, sem dúvida, uma ética do cuidado de si, mas é, fundamentalmente, uma exigência ético-política de nossas vidas em sociedade, que nos obriga a interrogar a racionalidade dos *regimes de verdade*, que existe nas relações de poder-saber, do que é tido e vivido como “verdade” que nos constitui historicamente em governantes e governados.

Por fim, é retomada uma polêmica discussão, na qual Foucault teria decretado a morte do sujeito, ao dizer que o homem se desvaneceria na praia como um rosto na areia (Foucault, 1987). Acrescentamos à polêmica que o homem que deve desaparecer na praia, como os grãos de areia, é o adestrado, domesticado, o homem constituído pela sociedade da disciplina e do controle, esse homem *dócil e útil*, fabricado para manutenção do *status quo*. “O que é mais digno do homem não é necessariamente o que é útil à sociedade. Mais digno dele é a indignação, a veemente indignação com a sociedade que assim se lhe oferece” (Muchail, 1995: 82). A decretação da morte do *sujeito idêntico* por Foucault “... era de fato uma condição prévia para qualquer possibilidade de trabalho do sujeito sobre si próprio” (Schmid, 1996: 155).

O que temos de descobrir como sujeitos não é “quem sou?” nem “o que somos”, mas, “quem somos?” para podermos recusar aquilo que somos em oposição àquilo que podemos ser ou que deveríamos ser. Por isso, de nós é exigido

... mudar comportamentos, atitudes, práticas, adotar estilos de vida diferenciados, subtrair-se ao grillão disciplinar que regulamenta a existência singular e coletiva

dos indivíduos nos vários e específicos âmbitos da vida cotidiana e institucional” (Vaccaro, 1996: 169).

E, como o faremos? O problema, acreditamos, não é o que coloca a necessidade de nos libertar do Estado e dos seus aparelhos e instituições, mas como nos libertar do Estado e dos seus efeitos individualizantes e totalitários (Foucault, 1986). “A liberdade só pode ser alcançada através do ataque às próprias raízes da racionalidade da política e não a um ou outro de seus efeitos” (Foucault, 1990: 99).

A estética da existência não é apenas uma simples relação do indivíduo consigo mesmo. Ao contrário, é a relação com o outro, o não idêntico, a razão do outro que é constitutivo do sujeito dessa ética. É, portanto, a ética como relação reflexiva que se apropria da liberdade para propiciar aos homens (sujeito de si) a maioria.

Sem medo de sermos reducionistas, podemos dizer, com algumas reservas, que em três momentos históricos, os assistentes sociais como sujeitos individuais e coletivos colocaram à ética o problema de organização da existência: quando fizeram o Movimento de Reconceituação, quando construíram a Associação Nacional dos Assistentes Sociais — ANAS e até mesmo quando elaboraram um novo Código de Ética para a profissão, e, principalmente, se perguntaram “quem somos?”. Sujeitos sujeitados! Sujeitos criativos! Sujeitos rebeldes! Sujeitos amordaçados! Sujeitos revolucionários! Sujeitos moderados! Mas acima de tudo governados e governantes. E continuam a fazê-lo no enfrentamento das múltiplas lutas do cotidiano institucional e social.

Não podemos dizer que Foucault não aponta caminhos, pois o faz quando nos suscita a construção de outras subjetividades e a recusar “... o tipo de individualidade que nos foi imposto por tantos séculos” (Vaccaro, 1996: 170). No caso do assistente social: recusar uma certa identidade profissional que nos foi e é atribuída, a qual carregamos como fardo pesado e na maioria das vezes, como enunciado pejorativo e desqualificador de nosso exercício profissional. Aqui a liberdade é uma possibilidade originária da ética e, portanto, filha legítima dos confrontos e disputas históricas. “A ética foucaultiana não vislumbra um ideal” (Wellausen, 1996: 124). Não é uma utopia, uma vez que está referida às lutas concretas e, portanto, às condições de possibilidade das relações de poder-saber, operadas num determinado espaço e tempo. Certamente, revela-se na esteticidade das lutas concretas, no cotidiano social e institucional, e ao fazermos de nossas próprias vidas experimentos éticos, ou melhor, “obras de arte” humanas. Para isso, “... devemos começar por reinventar o futuro, mergulhando em um presente criativo” (Foucault, 1994: 678). Cecília Meireles, nos

diz em sua poética: “Mas a vida, a vida, a vida, a vida, só é possível reinventada” (1987: 195). Dizemos que a profissão como a vida só é possível (re)inventada, como estética da existência. E por que não fazemos do exercício profissional, também, uma obra de arte que coloca à ética o problema de estética da existência. É um desafio do “quem somos?”.

Bibliografia

- ERIBON, D. *Michel Foucault* (tradução Hildegar Feist). São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- FOUCAULT, M. *A história da sexualidade III (o cuidado de si)*. Rio de Janeiro, Graal, 1985.
- _____. *Microfísica do poder* (Organização e tradução de Roberto Machado). 6. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1986.
- _____. *As palavras e as coisas (uma arqueologia das ciências humanas)*. 4. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1987.
- _____. *Ommes et singulation: por uma crítica da “razão política”*. *Novos Estudos*, São Paulo, Cebrap, v. 26, p. 77-99, mar./1990.
- _____. *Dits et écrits*. Paris, Gallimard, 1994, 4 vols.
- MACHADO, R. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro, Graal, 1981.
- MEIRELES, C. *Obra poética*. Rio de Janeiro, Aguilar, 1987.
- MUCHAIL, S. T. De práticas sociais à produção de saberes. In: MARTINELLI, M. L. *et al.* (orgs.). *O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber*. São Paulo, Cortez/Educ, 1995.
- PASSETTI, E. Foucault libertário. *Margem*, São Paulo, Educ/PUC-SP, n. 5, p. 135-47, 1996.
- SCHILLING, F. Governantes & governados, público & privado. *Revista USP*. São Paulo, v. 37, p. 20-33, mar./abr./mai. 1998.
- SCHMID, W. Da ética como estética da existência. *Margem*, São Paulo, n. 5, p. 149-156, 1996.
- WELLAUSEN, S. Michel Foucault: parrhésia e cinismo. *Revista Tempo Social*, São Paulo, v. 8, p. 113-125, 1996.
- VACCARO, S. Foucault e o anarquismo. *Margem*, São Paulo, n. 5, p. 149-156, 1996.